Parte 3 - Diversificação e coexistência entre diferentes modelos
**Capítulo 10 - Do Uruguai pecuarista ao Uruguai agroempresarial:
atores estrangeiros e transformações agrárias**

Pedro Arbeletche

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ARBELETCHÉ, P. Do Uruguai pecuarista ao Uruguai agroempresarial: atores estrangeiros e transformações agrárias. In: BÜHLER, E.A., GUIBERT, M., and OLIVEIRA, V.L., comps. *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 217-234. Estudos rurais series. ISBN: 978-65-5725-004-4.
<https://doi.org/10.7476/9786557250044.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 10

Do Uruguai pecuarista ao Uruguai agroempresarial: atores estrangeiros e transformações agrárias

• • • • •

PEDRO ARBELETCHÉ

INTRODUÇÃO

O Uruguai é um pequeno país localizado no cone sul da América Latina que, desde o começo do século XXI, teve um crescimento intenso e sustentado do setor agropecuário, produto das mudanças na economia mundial e de transformações internas, que de acordo com alguns autores (Piñeiro; Moraes, 2008, p. 130) têm um caráter similar àquelas ocorridas no final do século XIX com a introdução das cercas de arame e da mestiçagem do gado. Na escala global, junto à liberalização do comércio agrícola e da moderação da concessão de subsídios, há um incremento da demanda de alimentos, fibras e matérias-primas para a produção de biocombustíveis, que provém em geral das economias emergentes, como algumas das asiáticas e latino americanas. Esse processo gera uma tendência de aumento dos preços a curto e médio prazo, a qual, junto a um acelerado aumento da oferta de inovações tecnológicas e a uma importante mudança nas técnicas de organização e gestão do agronegócio, leva a que países com possibilidades de produção dessas *commodities* aumentem sua área de produção em detrimento de outras produções tradicionais. Paralelamente, é gerada uma crescente inter-relação entre os mercados mundiais de produtos básicos e os mercados financeiros caracterizados, no período, por baixas taxas de juros (produto da crise dos “ativos hipotecários”), alta liquidez, e um constante enfraquecimento do dólar, que acentuou o fluxo de investimentos nos mercados de produtos básicos e na compra de terra, em busca de rentabilidade e de reserva de valor (Errea et al., 2011, p. 28; FMI, 2010, p. 42).

No âmbito local há mudanças institucionais, um forte processo de incorporação de novas tecnologias e a chegada de novos atores, muitos deles estrangeiros ou vinculados ao capital transnacional. Isso evidencia que no final do século XX se produz um momento de ruptura no desenvolvimento da agricultura no Uruguai, uma vez que as transformações técnicas ocorridas, junto a mudanças na gestão empresarial e de risco, condicionaram e impactaram a estrutura dos sistemas produtivos, sua competitividade econômica e sua sustentabilidade ambiental.

O objetivo deste capítulo é, portanto, analisar o papel dos atores estrangeiros e sua evolução na “agriculturização” do meio rural uruguaio. Do ponto de vista metodológico, a investigação se baseou em entrevistas e estudos de caso para complementar os dados secundários disponíveis. Basicamente, se trabalhou sobre as cadeias de grãos e a pecuária de corte. A metodologia de trabalho se fundamentou na análise de estatísticas oficiais do período; em outros trabalhos de investigação; em observações e entrevistas regulares realizadas pelo autor a empresas agrícolas, profissionais e responsáveis pelas políticas públicas; e em um acompanhamento permanente da realidade uruguaia, que permitem chegar aos resultados e interpretações apresentados.

1. NOVOS ATORES E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

Desde o começo do século XXI, ocorre no setor agropecuário uruguaio uma incorporação de novos atores, tais como empresas em rede¹ e empresas transnacionais vinculadas à comercialização de insumos e produtos agropecuários, que geram uma crescente e aberta incorporação do capital financeiro ao negócio agropecuário, e uma forte presença de capital estrangeiro. Essas introduzem mudanças organizacionais no âmbito empresarial, uma grande flexibilidade contratual e uma crescente e necessária presença de empresas prestadoras de serviços, tais como fornecedores de serviços de maquinário, transportadoras, assessoria técnica, etc., o que também impõem transformações aos tradicionais produtores agropecuários.

Até este momento, o sistema de produção predominante consistia em uma atividade agrícola muito pequena, subsistindo como prática complemen-

¹ As “empresas em rede” são companhias agrícolas produtoras de *commodities* com um funcionamento baseado na renda da terra, na terceirização de atividades e em práticas de manejo produtivo e financeiro, representando um modelo de alta profissionalização empresarial (Clasadonte et al., 2009, p. 81).

tar à pecuária, e sendo basicamente desenvolvida por “meeiros”² que, depois de um ciclo agrícola curto (de um a três anos), deixavam estabelecer-se uma pastagem e devolviam a terra ao proprietário. A produção agrícola de grãos e oleaginosas era muito pouco competitiva, apresentando limitações institucionais e tecnológicas.

Como apontaram estudos anteriores (Gutiérrez, 2009; Errea et al., 2001; Arbeletche; Carballo, 2008; Guibert et al., 2011a), esta nova agricultura empresarial dedicada à produção de grãos no Uruguai segue o modelo de desenvolvimento dos atores da agricultura dos pampas argentinos. Ele é trazido ao Uruguai por empresários argentinos que, diversificando seus investimentos, prontamente se instalam na região do litoral oeste do país com o modelo de empresas em rede, no qual se combinam o conhecimento, o capital financeiro, a grande escala e a gestão profissionalizada. Reúne distintos atores vinculados entre si por sistemas contratuais formalizados, nos quais a propriedade efetiva da terra é algo secundário. Por sua vez, as empresas agrícolas locais, nas quais a propriedade da terra tem um papel importante, começam a aplicar alguns dos conceitos e formas da organização em rede, sobretudo os referentes à comercialização e à utilização de empresas prestadoras de serviços. Elas passam também a realizar todo o processo produtivo com maior grau de especialização, de profissionalização e incorporação tecnológica em maior escala, buscando assim reduzir seus custos. Com a ampliação da área, há um processo de distanciamento entre a tomada de decisões e sua execução, o que gera maiores custos administrativos, incentivando a procura de inovações organizacionais capazes de neutralizar esse aumento de custos por meio da adoção de modelos de gestão mais eficazes, com protocolos de ação que apresentem maiores facilidades para sua especialização e controle.

A chegada desses atores ao Uruguai se dá em meio a um período de crise gerado por uma série de eventos negativos no princípio da década (surto de febre aftosa em 2001, problemas sanitários nos cultivos agrícolas pela presença de *fusarium* nos anos de 2000 e 2001, crise financeira em 2002), gerando um forte dinamismo do setor agropecuário. Pode-se afirmar que as empresas argentinas (Los Grobo, El Tejar, Adeco Agro, Kilafen), em particular as produtoras de soja, assumiram a liderança desse processo, já que contavam com uma organização que havia alcançado realizações importantes em seu país e dispunham de financiamento não bancário, o que lhes permitiu acesso rápido aos recursos necessários para expandir sua atividade em nosso território. Suas

² Meeiro: produtor que trabalha na terra de outrem, a quem entrega uma porcentagem do que foi produzido.

vantagens competitivas se baseavam essencialmente no conhecimento do negócio, no financiamento, no domínio da tecnologia e no acesso às melhores terras e aos recursos humanos melhor preparados. Seu modelo de produção estava baseado na soja, que há anos se expandia na Argentina enquanto no Uruguai a superfície semeada era insignificante (Errea et al., 2011, p. 72). No âmbito local, mudanças institucionais favoreceram esse processo, tais como a lei florestal do final dos anos 80; a modificação da lei de arrendamentos que permite encurtar o prazo dos contratos; a permissão de que sociedades anônimas operem no setor agropecuário,³ lhes permitindo ser proprietárias de terras; a lei de promoção de investimentos que outorga os mesmos direitos para investidores nacionais e estrangeiros, com importantes exonerações tributárias; a lei de criação dos fideicomissos na década de 90 (Piñeiro, 2013, p. 8). Ao mesmo tempo, ocorre um forte processo de incorporação tecnológica vinculada à utilização de organismos geneticamente modificados, ao uso massivo de agroquímicos e à incorporação de novos maquinários, com utilização das atuais tecnologias de informação e comunicação, utilização de *drones* que permitem uma melhor cartografia dos solos e determinação dos níveis de fertilidade por parte das grandes empresas (já há alguns anos) o que, em conjunto, permite chegar às tecnologias da agricultura de precisão. Essas novas formas organizacionais buscam a otimização do uso dos recursos, bem como a diminuição dos custos do negócio, impulsionando a adoção de novas tecnologias. O negócio agrícola é complementado por uma melhor gestão de risco (tanto produtivo quanto comercial), produto do aumento das escalas de produção, onde a soja passou a cumprir um papel fundamental (Guibert et al., 2011b, p. 27).

Os produtores agropecuários locais, com certos níveis de endividamento, viram uma oportunidade nos altos valores pagos pelo aluguel de terras para a agricultura, motivo pelo qual, em grande medida, arrendaram parte de seu estabelecimento agrícola e continuaram com a atividade pecuária. Posteriormente, reiniciaram as atividades agrícolas através da formação, nos dias atuais, de um grupo importante e em crescimento, que se distingue pelo manejo da tecnologia, pelo cuidado do solo e pela incorporação de muitas das inovações de gestão trazidas pelos produtores argentinos. Atualmente combinam agricultura e pecuária, mas seguindo o novo modelo, no qual são dois sistemas que convivem, porém funcionando separadamente. A agricultura continua a ocupar as terras de maior fertilidade enquanto a pecuária fica restrita às áreas marginais. Nas áreas de pecuária foram introduzidos sistemas de

³ Concessão que foi posteriormente retirada, a partir de 2011.

confinamento conjunturais ou estruturais e foi para estas áreas que destinaram os cultivos de difícil comercialização (como a cultura do sorgo), mas que, para cumprir com os planos de uso e manejo determinados pela legislação vigente, são de plantio obrigatório. Esses sistemas de agricultura contínua não eram, de acordo com os especialistas em solos, sustentáveis a longo prazo, já que não apenas geravam erosão, mas também provocavam perdas de matéria orgânica, acidificação dos solos e perda de fertilidade, elementos que tornam difícil sua recuperação (García Prechac et al., 2009, p. 83).

Por essa razão, a partir do ano de 2013, o governo uruguaio implementa, de modo obrigatório, por meio do decreto 405/2008, o controle do uso do solo. O referido decreto estabelece a exigência de um Plano de uso e manejo que demonstre que o solo terá um nível de erosão tolerável, levando-se em conta tipos de solos, sequência de cultivos e práticas de manejo. Para sua implementação e controle se aplicam ferramentas baseadas nos avanços da investigação agrônômica nacional, como a Equação Universal de perda do solo. Ao adotá-la, aposta-se no protagonismo da profissão técnica privada, na capacitação de profissionais em manejo e conservação e na construção coletiva (Hill; Clerici, 2011, p. 12).

Isso faz com que os produtores de origem argentina e os produtores nacionais convirjam a sistemas com grandes similaridades. Os primeiros estão evoluindo para a integração agricultura e pecuária (incluindo rotações com pastagens) e corrigindo muitos dos erros tecnológicos de sua primeira etapa, nos quais incorreram pela falta de conhecimento das condições locais. Já os produtores nacionais incorporaram a contratação de prestadoras de serviços, a logística, o financiamento e as novas formas de comercialização. Os meeiros que, por sua vez, tinham fortes limitações de capital e altos níveis de endividamento com os bancos públicos, tiveram dificuldades para se reinserir depois da crise de 2002, basicamente porque não puderam competir com as novas empresas argentinas, que pagavam mais pelo arrendamento das terras e adiantavam até três anos de pagamento. Os que dispunham de parques de máquinas razoáveis passaram a constituir empresas prestadoras de serviços para oferecê-los aos novos empresários, e os que não os possuíam se viram obrigados a deixar a atividade produtiva (Arbeletche; Gutiérrez, 2009, p. 130).

A presença de empresas estrangeiras mostra importantes diferenças no âmbito das diversas cadeias agroindustriais, tendo uma forte expressão em toda a cadeia florestal e agrícola, basicamente ao nível industrial na pecuária de corte, e é escassa na pecuária leiteira, onde a produção das cooperativas nacionais e dos produtores uruguaios mantém a primazia.

Segundo a Comissão Econômica para América Latina – Cepal (2013, p. 42), o investimento destinado ao setor agrícola é, em média, correspondente a 22% do total de investimentos diretos estrangeiros no período de 2005-2011. O processo de “estrangeirização” é importante no tocante à apropriação da terra. Os dados do Censo Agropecuário de 2011 mostram que no ano 2000, 90% das terras estavam nas mãos de pessoas físicas de nacionalidade uruguaia e, em 2011, esta cifra caiu para 54% (MGAP-DIEA, 2014, p. 7). Em 2011, 43% da terra estava nas mãos de pessoas jurídicas, principalmente sociedades anônimas, às quais foi autorizada a posse de terras pela lei de 1998,⁴ não sendo possível assim saber a nacionalidade dos proprietários. Contudo, há indícios que permitem supor que, embora haja a possibilidade de que dessas sociedades anônimas participem acionistas uruguaios, em sua maioria pertencem a cidadãos e empresas de outras nacionalidades, ou que estão financiadas por fundos de investimento europeus ou norte-americanos. É sabido que ocorrem grandes compras de terra por companhias estrangeiras, mas não há registros dessas compras para o país como um todo. A informação existente sobre a nacionalidade dos que adquirem terra não é completa, pois grande parte dessas compras é realizada sob a forma de sociedades anônimas (Piñeiro, 2011, p. 531). A título de exemplo, em um país com 16 milhões de hectares, existem três empresas florestais (Weyerhouser, Montes del Plata, e Forestal Oriental) que, em conjunto, possuem 600.000 hectares de um total de um milhão de hectares florestais; seis empresas (principalmente argentinas e/ou vinculadas a empresas transnacionais) que em conjunto exploram 530.000 hectares por meio da produção de grãos (soja, trigo, milho, etc.), principalmente sob a forma da meação e/ou arrendamento de curto prazo, de um total de um milhão de hectares agrícolas; uma empresa originalmente neozelandesa, depois adquirida por capitais de Singapura, e outra de capitais argentinos (New Zealand Farming Systems Uruguay, e Bulgheroni), compraram fazendas que somam 50.000 hectares para a produção intensiva de leite; três empresas (Pergam Finance, Ingleby Uruguay, e Unión Agrícola Group), vinculadas a fundos de investimentos internacionais, compraram quase 200.000 hectares para produção pecuária nos últimos anos. Some-se a isso que 87% da superfície trabalhada por pessoas jurídicas têm como produção principal a agricultura de cereais e oleaginosas, a pecuária e a produção florestal, que são as três modalidades de produção com forte presença de capital estrangeiro.

⁴ Essa lei foi revogada em 2011, mas manteve-se a possibilidade da compra de terras por estrangeiros ou por Sociedades, desde que as ações sejam nominativas.

2. DINÂMICA DE CRESCIMENTO E MUDANÇAS DA MATRIZ PRODUTIVA

Nas últimas décadas do século XX, os setores agropecuário e agroindustrial apresentavam baixas taxas de crescimento, inferiores ao crescimento total do PIB, tendência que se reverte depois da crise do começo da década de 2000, mostrando um forte dinamismo com crescimento a taxas superiores às do PIB total (Gráfico 1). Praticamente todas as atividades do setor agroindustrial contribuem para essa expansão, mas especialmente a produção de grãos e derivados, que exibe as maiores taxas de crescimento e aumenta sua importância relativa. Esse crescimento é refletido, ademais, no comportamento das exportações setoriais, que entre 2000 e 2012 crescem a uma taxa anual de 18% chegando a representar, no último triênio, 70% da entrada de dinheiro proveniente das exportações (que era de 60% no começo da década atual). A produção de grãos e derivados compõe o conjunto mais dinâmico, exibindo a maior taxa de crescimento (24% ao ano), representando, a partir de 2010, um terço das exportações setoriais e deslocando os produtos à base de carne de seu histórico primeiro lugar. As exportações do setor pecuarista ocupam o segundo lugar no tocante ao ritmo de crescimento, com uma taxa média de 19% ao ano, seguidas pelas produções florestais e pela produção de laticínios, com 18% cada uma (Opya, 2013, p. 34).

Gráfico 1 – Evolução do Produto Interno Bruto total e agropecuário no Uruguai. 1983-2013, índice 100 em 1983.

Fonte: Elaborado com base na informação do Banco Central de Uruguay – BCU.

2.1 A substituição da pecuária pela exploração florestal e pela agricultura, e seu processo de intensificação

A agricultura, que nos anos 50 havia chegado a níveis de ocupação do território similares ao atual, recupera espaço a partir do ano 2000 e ganha peso relativo no contexto geral da atividade agropecuária uruguaia. As outras atividades setoriais (em particular a pecuária leiteira e de corte), apesar do deslocamento sofrido frente à expansão agrícola e ao crescimento sustentado da produção florestal, mantêm o dinamismo e dão sinais de intensificação. A Tabela 1 mostra claramente as variações do uso do solo durante os períodos intercensitários 2011-2000-1990, onde se evidencia a substituição da pecuária pela produção florestal e pela agricultura (grãos e oleaginosas), principalmente a partir do ano 2000, e uma diminuição das terras improdutivas. Em geral, a agricultura remove a pecuária das áreas com os melhores solos, e naquelas áreas mais aptas à produção florestal também se verifica o deslocamento da criação de gado. Essas atividades produtivas se mantêm no território, mas são deslocadas das áreas com solos de maior aptidão.

Essa crescente produção em novas terras para a produção agrícola, em particular para a produção de soja e para a produção florestal, se combina com um aumento da produtividade da pecuária, que incrementou sua produção (o aumento acumulativo anual do PIB pecuário entre 2001 e 2011 é de 0,8%), bem como as suas exportações (aumento anual de 16% no mesmo período), apesar de ter perdido dois milhões de hectares de área (Opya, 2013, p. 36).

TABELA 1
Variação do uso do solo no Uruguai no período 1990-2011 (ha)

Ano	2000	2011	Variação
Produção florestal	660 869	1 071 374	62%
Culturas intensivas	75 616	58 354	-23%
Cereais e oleaginosas	597 533	1 545 889	159%
Pecuária	13 960 299	12 726 965	-9%
Floresta natural	589 853	563 236	-5%
Improdutiva e outros (*)	535 513	391 480	-27%

(*) Inclui restos de colheita e superfície arada

Fonte: Elaborado com base nos Censos Agropecuários – DIEA – MGAP (Direção de Investigações Econômicas Agropecuárias – Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca).

Pode-se afirmar que todos os ramos de produção agropecuária foram impactados favoravelmente por um contexto de mercados mundiais em alta, gerando um cenário de crescimento generalizado que distingue a recente evolução setorial de outros períodos de expansão. A atividade agrícola lidera o processo e consegue superar sua antiga subordinação à pecuária leiteira e de corte. Com isso, forma-se uma nova articulação agricultura – pecuária, onde os espaços já não são compartilhados, mas se separam e dividem o espaço conforme a aptidão do solo, sendo que os de melhor qualidade são utilizados pela agricultura em sua nova expressão tecnológica (sistema de agricultura contínua), e a pecuária é relegada aos solos marginais, de menor aptidão. São duas atividades que, fazendo parte de um mesmo empreendimento, não compartilham espaços como antes o faziam nas rotações entre cultivos e pastagem, e, no melhor dos casos, apenas trocam produtos.

2.2 As transformações na cadeia da carne bovina

A cadeia da carne bovina tem sido historicamente uma das agroindústrias mais importantes da economia nacional. É um ramo produtivo com forte tendência exportadora, que destina entre 70 e 75% de sua produção aos mercados externos. A partir dos anos 90 se manifesta uma evolução crescente da produção pecuária na fase primária,⁵ onde os indicadores do bom desempenho são o aumento de mais de 30% do estoque de gado, a duplicação do trabalho no campo e um forte crescimento das exportações em função dos avanços em termos sanitários alcançados no país, com uma crescente diversificação dos mercados de destino. Essa evolução veio acompanhada de uma importante melhora dos preços de exportação, o que se refletiu, no Uruguai, em significativos aumentos do preço do gado terminado e de reposição. A fase primária, que até esse momento havia se desenvolvido basicamente por dois fatores principais (a remoção dos ovinos, abrindo maior superfície para o gado bovino, e a crescente implantação de pastagens artificiais⁶) começa a ser pressionada e deslocada pelo crescimento agrícola. Contudo, as atividades pecuárias mantêm o dinamismo e dão claros sinais de intensificação, expressos principalmente em mudanças na alimentação do gado em que o pasto, predominante até esse momento, passa a ser complementado com grãos e subprodutos industriais. No caso das zonas de alto potencial produtivo do litoral oeste, a notória intensificação é produto

⁵ A criação de gado se dá em três fases: cria, recria (ou reposição), e engorda (ou terminação). N.T.

⁶ Ver Blum (2007).

de uma forte incorporação de forragem de ciclo anual, de suplementação, e do aumento da engorda no curral (Arbeletche et al., 2007, p. 13). Dessa maneira, a atividade de engorda, que é a mais demandante em relação aos níveis nutricionais e que consequentemente ocupava os solos de maior potencial quando não competiam por eles com a atividade agrícola, é relegada a solos marginais e obrigada a incorporar os grãos na dieta do gado. O grau de intensificação e de inclusão dos grãos na dieta não é o mesmo em todos os sistemas de produção, indo desde situações em que é utilizado como suplemento das pastagens (alimentação de forragem e grãos), até situações em que se substitui a pastagem por grãos em determinados períodos, e também a outros sistemas mais intensivos nos quais todo o processo de recria e engorda é realizado em confinamento (*feed lot*). Indica-se assim um maior controle sobre os processos produtivos, buscando reduzir as variações impostas aos sistemas de produção agropecuária pela natureza. Em termos tecnológicos pode-se dizer que, até os anos de 2002-2003, a estratégia produtiva baseava-se em sistemas de produção agrícola e pecuária integrados, regidos pela utilização da rotação entre cultivos e pastagem, com cerca de 80% da superfície de pastagem de qualidade (pastagens + forragem) que eram provenientes da agricultura. O esquema produtivo se baseava na estratégia de manter uma oferta elevada de alimentação complementar para o gado no inverno, em um momento de déficit de forragem, para poder aproveitar o seu excedente na primavera. As transformações nos sistemas pecuários a partir de então foram substanciais, havendo uma mudança na alimentação à base de forragem, pois os melhores solos foram destinados à agricultura, fazendo com que, embora se mantenha um percentual similar de pastagens, essas se desenvolvem sobre solos de menor potencial natural. Nesse sentido, para que se produza o mesmo, mas com pastagem de menor qualidade, é necessário a inclusão de maior quantidade de suplementos na dieta animal. Uma vez que ocorre uma utilização dos recursos de menor potencial natural, a mudança na base de recursos fez com que o pico de produção de pastagens na primavera tenha passado a ser muito menor (Errea et al., 2011, p. 49).

Na pecuária, as tentativas de uma maior “industrialização e controle dos processos” e de aumento da escala de produção encontram maiores dificuldades para se desenvolver e, diferentemente do que ocorre na agricultura, o novo modelo de gestão não veio associado a um pacote tecnológico que potencializasse tão significativamente sua competitividade. Contudo, há na indústria uma crescente integração da fase primária a ela através da participação de muitas empresas frigoríficas na produção de gado, instalando-se diretamente ou arrendando importantes estruturas de *feed lot*. A estratégia busca garantir a matéria-prima para a indústria em momentos críticos, ainda que, pelas próprias características dessa

atividade, seja possível que se transforme em uma estratégia mais permanente, já que permite o controle dos preços de seu principal insumo. Dessa forma, as indústrias passam a incidir sobre seus próprios mercados de abastecimento e preços, mudando os parâmetros da lógica tradicional do produtor agropecuário como protagonista exclusivo do processo produtivo. Essas mudanças afetaram os sistemas de produção animal, particularmente a engorda do gado, já que modificaram a matriz de recursos disponível para a produção. Produção que agora conta com novas práticas, incorporação de novas tecnologias, uma estrutura empresarial de contratos incluindo abastecedores de insumos e demandantes do produto, onde a escala passa a ter um papel importante na hora de diminuir os custos da produção. Cada sistema passa a manejar maiores volumes de produção, se fortalece nas negociações para comprar insumos e vender o gado, assim como para acessar alimentos mais baratos por meio da sua produção, através de investimentos em fábricas de ração próprias. Essa produção em condições cada vez mais controladas permite avançar na elaboração de protocolos de ação e, como consequência generalizada, atingir maiores escalas de produção.

3. IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO

3.1 Número de produtores e concentração

Por meio desses processos de intensificação, mudanças de uso da terra, novas tecnologias, e aparição de novos atores, o efeito imediato que se produz é de concentração e “estrangeirização” da posse da terra. Em termos gerais, segundo o Censo Agropecuário de 2011, o número total de empreendimentos agropecuários, em 11 anos, passou de 57.131 para 44.781, o que significa uma redução de 21,6%. Essa queda, em 92%, é explicada pelos empreendimentos com menos de 100 hectares. Em termos de concentração, observamos que 2,6% dos empreendimentos, aqueles com mais de 2.500 hectares, dispõem de 34% da terra, e 55% dos produtores, aqueles com menos de 100 hectares, possuem somente 4,5% da terra (MGAP-DIEA, 2014, p. 5).

Contudo, os dados do Censo também permitem supor que o efeito concentrador não se traduz no deslocamento e expulsão somente dos agricultores familiares, como em períodos anteriores, mas provavelmente também de pequenos e médios empresários. Assim, a pressão exercida por empresas estrangeiras (sobretudo de produção florestal) e a crise econômica de 2002, na qual havia um forte endividamento dos empresários agropecuários, pode os ter forçado a vender parte de suas propriedades, aproveitando a alta do preço da terra para saldar suas dívidas. O impacto cultural dessa mudança é importante,

gerando um processo de consolidação de um novo estrato de proprietários de terra. Há, portanto, a diminuição e mesmo a retirada de produtores familiares e de empresários médios dessa atividade que, em muitos casos convertem-se em rentistas. Há, ainda, uma maior urbanização dos assalariados rurais e a terceirização de grande parte das atividades agrícolas, surgindo um importante número de prestadores de serviços.

Existe uma clara concentração da produção de cereais e oleaginosas: 1% dos agricultores detém 30% da área cultivada. Esse processo é ainda mais intenso em cultivos como os da soja e do milho, o que não implica, necessariamente, na concentração da propriedade da terra, já que a expansão produtiva se realiza, em geral, sobre terras arrendadas (Arbeletche; Gutiérrez, 2011, p. 126).

Se tratarmos exclusivamente da produção de grãos, as superfícies superiores a 1.000 hectares aumentaram sua participação na última década, passando de 20% do total da produção agrícola em 2000/01, para 73% na colheita da 2010/11. A soja apresenta uma curva de crescimento ininterrupta nas onze safras em termos de área semeada, chegando à de 2012/13 com 1,300 milhões de hectares, alcançando o máximo já registrado e aportando entre 85 e 90% da área de cultivos de verão. Em relação aos produtores dedicados à agricultura, em dez anos o número de produtores tradicionais⁷ diminuiu 52%, baixando sua participação de 100 a 43% da área agrícola e, no ano de 2012, apenas quinze empresas, a maioria de capital estrangeiro ou vinculadas a ele mediante diferentes acordos, representavam 31% da área de produção agrícola (Arbeletche; Gutiérrez, 2011, p. 130). Os eventos recentes mostram uma incorporação de multinacionais e empresas corporativas ao campo (Cargill, Dreyfus, Noble Grain) em paralelo à concentração da propriedade, ao aumento do preço da terra, a dificuldades de acesso às inovações para as empresas tradicionais de caráter familiar, e a uma maior pressão sobre os recursos naturais, o que apresenta novos debates que tornam necessários maiores conhecimentos sobre estes fenômenos.

3.2 O crescimento do produto, a distribuição do valor agregado e a pressão fiscal

Todos esses processos permitiram um importante aumento do produto agropecuário bruto (6,7% ao ano entre 2001 e 2011), das exportações com

⁷ Se entende por tradicionais aqueles produtores que estavam no setor agropecuário antes da chegada dos novos atores e que, em geral, dispunham de maquinário próprio, tinham a propriedade da terra e viviam no campo.

essa origem (16% acumulativo anual entre 2001 e 2011), e um aumento extraordinário dos lucros e da rentabilidade na maioria das cadeias de valor da produção (Opypa, 2013, p. 21). Não está claro qual é a distribuição dos benefícios e, sobretudo, qual é a sua capacidade para reduzir as desigualdades existentes na renda. Os índices de pobreza do país baixaram de 39,9 a 10,4% entre 2004 e 2014, os de indigência de 4,7% a 0,4% no mesmo período, e o desemprego diminuiu de 15 a 7% (INE, 2014, p. 27), mas não fica claro se isso deve-se a uma redistribuição entre capital e trabalho, ou a uma redistribuição feita por meio das políticas sociais impulsionadas pelo Estado. Verificam-se também maiores oportunidades de emprego, maior demanda e melhor remuneração das capacidades humanas, enquanto proliferam pequenos e médios empreendimentos que prestam serviços à atividade produtiva.

Para a agricultura, existem estimativas de como se distribui a renda gerada pelo crescimento agrário e qual a pressão da cobrança de impostos sobre a produção, elemento que no caso do Uruguai é claramente diferente do que ocorre na Argentina. Estimativas realizadas por Soutullo et al. (2013, p. 31), indicam que a cobrança de impostos provenientes da fase agrícola da soja ascendeu a US\$ 30.5 milhões para a safra de 2009/2010, o que significou 1,48% do PIB agropecuário. Esse valor é pequeno se comparado com o que se tem na Argentina, onde a soja é tributada 5 vezes mais por tonelada e 7 vezes mais por hectare. Ademais, a soja agrava a tendência à desigualdade na distribuição da renda, associada à alta concentração da produção (PNUD, 2008, p. 77). As estimativas realizadas em relação à soja para a safra 2009/10 indicam que na distribuição do valor agregado, os donos da terra (proprietários) retiveram 49,6% do total, os empresários investidores ficaram com 34,7% sob a forma de lucro, enquanto a força de trabalho agrícola se apropriou de somente 4,4% deste montante e o Estado arrecadou, através de impostos diretos, 11,3%. Em certa medida, se pode afirmar que praticamente 85% do valor agregado da soja se distribui entre proprietários de terra e investidores, que são os grandes beneficiários desse crescimento.

3.3. Preço da terra e valor da renda

No centro desses processos de transformação e intensificação, os preços da terra atuam como um claro indicador das modificações no mundo agropecuário. Nos últimos 10 anos, o preço médio da terra aumentou nove vezes. Curiosamente, os preços da terra aumentam mais quanto maior seja a propriedade negociada, sugerindo claramente as características e intenções do

comprador. Assim, para as maiores propriedades (mais de 2.000 hectares) o preço médio aumentou quatorze vezes na década em questão.

Esse incremento no preço da terra, devido à forte demanda, associado aos importantes níveis de endividamento de muitos produtores agropecuários durante a crise de 2002, gerou um grande aumento das operações de compra e venda e esse, por sua vez, promoveu um aumento no preço dos arrendamentos. Muitos produtores com dificuldades devido ao tamanho de seu empreendimento ou com altos níveis de endividamento no começo do século optaram por vender toda ou parte de sua terra, assim como em outros casos foram vendidas empresas que se situavam nas zonas com solos de maior aptidão, para passar a um empreendimento mais extensivo, geralmente com pecuária em solos de menor qualidade (Arbeletche; Gutiérrez, 2011, p. 131). Embora não haja dados estatísticos precisos, se supõe que existe um forte processo de compra por sociedades anônimas, muitas das quais têm origem estrangeira. De acordo com informação do DIEA, no período 2000-2013, foram vendidos um total de 7.486.000 hectares, o que equivale a aproximadamente 45% da superfície total do país (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução da superfície vendida e preço médio da terra no Uruguai (2000-2013).

Fonte: DIEA-MGAP.

Esse aumento dos preços e do valor da renda da terra constitui um fator que gera a necessidade de aumentar a produtividade, ao induzir um uso mais intensivo dos recursos. Na agricultura, de acordo com o MGAP-DIEA⁸

⁸ Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca – Direção de Investigações Econômicas Agropecuárias

(2008, p. 13), na safra 2007-2008, para a terra em arrendamento, predominavam os contratos de curto prazo, sendo que 77% desses correspondiam a contratos que variavam de um a três anos e envolviam 79% do total de áreas arrendadas. Tudo isso gerou uma pressão no mercado de arrendamentos de terra, fazendo com que seus valores se multiplicassem por sete num período de tempo muito curto.

Nesse sentido, Carriquiry (2013, p. 18) assinala que o aumento do preço da terra poderia ser visto como impulsionando essas novas dinâmicas, por meio das mudanças técnicas e do investimento, motivo pelo qual os pecuaristas tiveram que focar no aumento da produtividade e não no aumento do tamanho da fazenda.

CONCLUSÕES

Os elementos assinalados evidenciam que o meio agropecuário está sofrendo transformações radicais que impactam diretamente no projeto de desenvolvimento do país.

O que primeiro se observa é a passagem de uma paisagem socioeconômica (um setor produtivo dominado pela pecuária extensiva) à outra, onde grandes extensões estão ocupadas pela agricultura de cereais e oleaginosas e pela produção florestal para celulose, gerando o despovoamento do campo, o aumento do preço da terra e do valor dos arrendamentos, e uma importante concentração e “estrangeirização” da produção. Um conjunto de fatores, incluindo políticas públicas, bebeficiou uma forte corrente de investimentos e tal fato criou um clima de negócios inédito no país. Houve um aumento da competitividade e, conseqüentemente, os modelos mais adaptados a este cenário acessaram as melhores oportunidades de negócios. A tecnologia, os mercados e as políticas foram condições necessárias para explicar as transformações, e a organização empresarial se consolidou como a principal estratégia para aproveitar as oportunidades.

Tal processo leva a uma modificação das relações que se estabeleceram entre os distintos elos das cadeias de valor, modificando-se o grau de especialização, as formas de coordenação, as alianças estratégicas, a operação das empresas, as formas de contratação, a hierarquia entre os atores da cadeia e a capacidade de alinhar os interesses do conjunto com os das partes que o compõem. Assim, se destaca uma importante expansão espacial e a realocização das atividades produtivas, com fortes processos de inovação e mudanças técnicas como suporte de uma crescente competitividade na fase primária das

cadeias de valor. As estratégias de integração vertical e de organização em rede surgem com força, a depender das características de cada atividade produtiva. Há uma tendência à industrialização dos processos produtivos na atividade agropecuária, com crescente presença de formas empresariais corporativas e com uma forte captação de investimentos diretos, tanto nacionais quanto de outros países.

Esses processos de crescimento também são acompanhados por benefícios sociais porque geram empregos diretos e indiretos. É importante avançar nas oportunidades geradas, principalmente para complementar a atividade agrícola com a pecuária intensiva, já que essa gera muitos mais empregos diretos. No Uruguai ainda se mantém uma estrutura produtiva que tem alta capacidade de resposta em relação à intensificação da atividade pecuária, principalmente se ela é complementada com a produção de grãos. A sustentabilidade social, que é o mais importante nesses processos de transformação, pode ser beneficiada por esta situação, já que a pecuária fixa o produtor no campo.

O primeiro que se pode observar, é que se trata de um modelo inovador no tocante à organização do empreendimento, e seu principal fator de êxito é a construção de relações em rede a longo prazo, com fornecedores, prestadores de serviços, e compradores. Outro fator de êxito é a utilização e manejo das tecnologias de informação e comunicação, e o desenvolvimento de uma cultura empresarial que gera, em seus empregados e em outros membros da cadeia, um compromisso com os objetivos dela. A composição do seu capital está baseada na posse de poucos ativos fixos, o que permite supor que podem se adaptar facilmente a um contexto instável e lhes permite uma importante flexibilidade.

O impacto cultural das empresas em rede é o aspecto mais significativo. Efetivamente, coloca-se para nossa sociedade um novo modelo de empresa agropecuária, em que há a separação entre as atividades produtivas e a propriedade dos meios de produção. Assim, a produção de grãos já não está necessariamente vinculada à posse da terra. São dois negócios distintos, o que faz com que a relação emocional com a terra desapareça. É uma mudança paradigmática de valores, e uma das principais transformações no âmbito agrário / rural.

Por fim, temos a incorporação do debate ambiental como uma questão importante. A superexploração dos recursos naturais, com uma lógica claramente utilitarista, tem impactos diretos sobre o futuro. Neste sentido, a rentabilidade de um sistema agroindustrial baseado nos pacotes agroquímicos parece ir de encontro a um modelo sustentável de “Uruguai natural”, que é a principal maneira de apresentação do Uruguai em âmbito mundial, quando seus produtos são promovidos nos distintos mercados.

REFERÊNCIAS

ACHKAR, M.; FACCIO, C.; BRAZEIRO, A. *Impactos socioambientales de la expansión agrícola en Uruguay: una mirada interdisciplinaria al proceso de “sojización”*. Montevideo: Uruguay, 2013.

ARBELETCHÉ, P.; COURDIN, V.; OLIVEIRA, G. *Cambios en la ganadería del litoral-oeste a causa de la expansión de la agricultura y la forestación*. In: Anais das XXXV JORNADAS URUGUAYAS DE BUIATRÍA, Paysandú: Centro Médico Veterinario de Paysandú, 2007.

ARBELETCHÉ, P.; CARBALLO, C. *La expansión agrícola en Uruguay: alguna de sus principales consecuencias*. In: XXXIX CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA AGRÍCOLA Y SEGUNDO CONGRESO REGIONAL DE ECONOMÍA AGRARIA, 2008, Montevideo. Anais, Montevideo: ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ECONOMÍA AGRÍCOLA, 2008. CD-ROM.

ARBELETCHÉ, P.; GUTIÉRREZ, G. Crecimiento de la agricultura en Uruguay: exclusión social o integración económica en redes. *Revista Pampa*, Santa Fé, Argentina, n. 6, p. 113-138, 2011.

BLUM, A. *El sector agropecuario y sus complejos agroindustriales*. Montevideo: División Políticas y Planes de la Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial, MVOTMA, 2007. Disponível em <http://www.academia.edu/9621400/El_sector_agropecuario_y_sus_complejos_agroindustriales> Acesso em 10/01/2016.

CARRIQUIRY, M. Cadena de la carne vacuna. In: VASSALLO, M. (org.). *Dinámica y competencia intra-sectorial en el agro*. Uruguay 2000-2010. Montevideo: Universidad de la República, Comisión Sectorial de Investigación Científica, 2013, p. 13-25

CEPAL. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2012*. Santiago de Chile: Unidad de Inversiones y Estrategias Empresariales de la División de Desarrollo Productivo y Empresarial, Naciones Unidas, 2013. Disponível em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/49845/P49845.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 3 de julho 2013.

CLASADONTE, L.; ARBELETCHÉ, P.; TOURRAND, J.F. ¿Cuáles son los factores que hacen a las empresas en red tan exitosas? *Revista Gestión de las personas y la tecnología*, Santiago de Chile, n. 8, p. 78-85, 2010.

ERREA, E.; PEYROU, J.; SECCO, J.; SOUTO, G. *Transformaciones en el agro uruguayo*. Nuevas instituciones y modelos de organización empresarial. Montevideo: Universidad Católica, 2011.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. *Perspectivas de la economía mundial: recuperación, riesgo y reequilibrio*. Relatório. Washington: FMI, 2010. Disponível em: < <https://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2010/02/pdf/texts.pdf> www.imf.org>. Acesso em: outubro de 2010.

GARCÍA PRECHAC, F.; ERNST, O.; ARBELETCHÉ, P.; PÉREZ BIDEGAIN, M.; PRITSCH, C.; FERENCZI, A.; RIVAS, M. *Intensificación agrícola: oportunidades y amenazas para un país productivo y natural*. Montevideo: CSIC, 2010.

GUIBERT, M.; SILI, M.; ARBELETCHÉ, P.; PIÑEIRO, D.; GROSSO, S. Les nouvelles formes d'agriculture entrepreneuriale en Argentine et en Uruguay. *Revue Économies et Sociétés. Série "Systèmes agroalimentaires"*, Paris, n. 33, p. 1813-1831, 2011.

GUIBERT, M.; GROSSO, S.; ARBELETCHÉ, P.; BELLINI, M.E. De Argentina a Uruguay: espacios y actores en una nueva lógica de la producción agrícola. *Revista Pampa, Suplemento Temático*, Buenos Aires, n. 7, p. 13-38, 2011.

GUTIÉRREZ, G. *Análisis de las cadenas basadas en la producción de granos de secano para la definición de lineamientos de políticas específicas*. FAO – URU / TCP – 3103. Montevideo: FAO, 2009. 67 p.

HILL, M.; CLERICI, C. Planes de uso y manejo del suelo. *Revista INIA*, Montevideo, n. 26, p. 65-69, 2011.

INE. *Estimación de la pobreza por el método del Ingreso*. Año 2013. Montevideo, Uruguay, 2014. Disponible em: <<http://www.ine.gub.uy/documents/10181/35933/Estimaci%C3%B3n+de+la+pobreza+por+el+m%C3%A9todo+del+ingreso+2013/b98539be-369e-48a4-928e-03a3257e7ea9>>. Acceso em: 15 de novembro de 2014.

MGAP-DIEA. *Encuesta agrícola. Primavera 2008*. Montevideo, Uruguay, 2008. 35 p. Disponible em: <www.mgap.gub.uy/diea>. Acceso em: 10/abril/2014.

_____. *Censo Agropecuario 2011*, Montevideo, Uruguay. 2014. Disponible em: <www.mgap.gub.uy/diea>. Acceso em: 17 de julho de 2014.

MGAP-Opypa. *Anuario 2013*. Montevideo, Uruguay. 2013. Disponible em: <www.mgap.gub.uy/opypa>. Acceso em: 15 de novembro de 2014.

PIÑEIRO, D.; MORAES, M. I. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: *El Uruguay del siglo XX*. Tomo III, Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, UDELAR. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2008, p. 105-136.

PIÑEIRO, D. *Dinámicas en el mercado de la tierra en América latina y el Caribe*: concentración y extranjerización. Capítulo Uruguay. Santiago de Chile: FAO, 2011, p. 521-552.

_____. Cambios recientes en la sociedad rural. *Revista de Ciencias Sociales*, Montevideo: UdelAR-FCS, v. 26, n. 32, p. 1-10, 2013.

PNUD. *Desarrollo humano en Uruguay 2008*. Política y desarrollo humano. Uruguay. 2008.

SOUTULLO, A.; OYHANTCABAL, G.; SANTOS, C.; NIN, M.; ARBELETCHÉ, P.; ACHKAR M.; FACCIO, C.; BRAZEIRO, A. Impactos socioambientales de la expansión agrícola en Uruguay: una mirada interdisciplinaria al proceso de "sojización". In: REYES, L. F.; VOLPEDO, A. V. *Evaluación de los cambios de estado en ecosistemas degradados de Iberoamérica*. Buenos Aires: Red CYTED N° 410RT0621, 2013.